



ALFENAS-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS - MINAS GERAIS

Assistente Social

EDITAL 001/2023

CÓD: SL-047AG-23
7908433239871

Língua Portuguesa

1. Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa. Identificar o sentido global de um texto. Identificar abjetivos. discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).....	7
2. Identificar as diferentes partes de um texto, de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa).....	11
3. Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou outra parte do mesmo texto. Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.	18
4. Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto. Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, Ironias e opiniões do autor.	19
5. Reconhecer é analisar, em textos dados, as classes de palavras como mecanismos de coesão e coerência textual.	19
6. Reconhecer os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, no emprego dos pronomes, dos modos e tempos verbais e no uso das vozes verbais.....	29
7. Identificar variedades e adequação de linguagem. Conhecimentos linguístico-textuais.	31
8. Identificar é empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal em gêneros diversos: pontuação,	33
9. ortografia	35
10. concordância nominal e verbal,.....	35
11. regência nominal e verbal,.....	37
12. colocação pronominal.....	39
13. estruturação de orações e períodos.	40
14. Reconhecer a significação de palavras e expressões.	43

Legislação SUS

1. Constituição Federal (artigos 196 a 200)	51
2. Lei 8.080/90 (com suas alterações) e Lei 8.142/90.....	52
3. Estratégia de Saúde da Família - ESF; objetivos e atribuições dos profissionais.....	63
4. Fundamentos do SUS. Diretrizes e bases da implantação do SUS	63
5. Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde	64
6. Humaniza SUS - Política Nacional de Humanização.	86

Conhecimentos Específicos

Assistente Social

1. A formação profissional do assistente social na sociedade brasileira.....	89
2. O Serviço Social com compromisso da implementação dos princípios previstos em lei.	92
3. Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	93
4. Participação, controle social e conselhos, Gestão de políticas públicas sociais.....	94
5. Noções básicas de administração pública municipal conforme lei orgânica do município.....	104
6. Políticas públicas sobre Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	106

ÍNDICE

7. Estatuto do Idoso.....	107
8. Estatuto da Criança e do Adolescente	117
9. Lei Orgânica da Saúde.....	158
10. Política Nacional de Saúde Mental/ CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial	168
11. Declaração Universal dos Direitos Humanos	174
12. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	176
13. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.	186
14. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.....	196
15. Lei 11340/06 (Lei Maria Da Penha).	201
16. Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde	207
17. Trabalho com grupos em Serviço Social.....	214
18. Família brasileira: a base de tudo	238
19. A Saúde como direito e como serviço.....	250

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

a reafirmação desse tipo de frase hoje é um equívoco, pois a produção do conhecimento e, especialmente, os documentos aqui citados, sem esquematismos e reducionismos, se constituem em referências sobre o que compete a profissionais de Serviço Social. Embora eles não abarquem a totalidade dos espaços ocupacionais em que a profissão tem sido convocada a intervir, estamos cientes de que alcançam os mais significativos e expressivos segmentos do mercado de trabalho brasileiro.

Além das ações que acabamos de tratar, gostaríamos de destacar também um conjunto de atividades/reflexões que o CFESS vem desenvolvendo sobre as competências e atribuições profissionais. São, em sua maioria, atividades de formação teórica, ética, política etc., que constroem um acúmulo para ações futuras. Assim, gostaríamos de chamar atenção para:

- A promoção de seminários nacionais e outros eventos, de acesso gratuito, com transmissão on-line e publicação dos textos, problematizando temas relevantes para a profissão. No ano de 2015, por exemplo, o Conjunto CFESS-Cress promoveu o seminário “Serviço Social e diversidade trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate”, a partir de uma série de demandas que estavam chegando sobre o posicionamento de assistentes sociais no atendimento a pessoas trans, especialmente referentes à atual normatização do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). As discussões desse seminário atualmente alimentam o Conjunto CFESS-Cress no processo de estudo com vista à publicação de uma possível resolução sobre o tema do exercício profissional que se realiza nesse âmbito;

- A realização de campanhas nacionais que, ao questionarem valores da moralidade conservadora da sociedade brasileira, impactam também os sujeitos da profissão. Assim, as campanhas realizadas - combate ao racismo; pela liberdade de orientação e expressão sexual; em defesa do trabalho e dos direitos humanos - são convites ético-políticos à categoria profissional. Fazem-nos refletir sobre nossas atribuições e competências e sobre o seu potencial enquanto luta pelos direitos humanos;

- A edição, há mais de uma década, do curso Ética para Agentes Multiplicadores(as), do Projeto Ética em Movimento do CFESS, que anualmente capacita um(a) representante de cada Cress do país e este(a) reproduz a capacitação em seu estado. O curso — composto pelos conteúdos “Ética e sociedade”, “Ética e práxis profissional”, “Ética e direitos humanos” e “Ética e instrumentos processuais” — vem se mostrando uma estratégia importante para a internalização dos valores do atual Código de Ética junto a parcelas significativas da categoria de assistentes sociais;

- O investimento na comunicação, entendendo-a tanto como peça importante na socialização do conhecimento para a categoria, quanto também como disputa pela hegemonia dos meios de comunicação. Assim, a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-Cress vem sendo uma ação estratégica de fortalecimento das ações previstas pelo CFESS;

- A clareza sobre os limites dos espaços de controle social (notadamente os conselhos de direitos e de política e as conferências), mas, ao mesmo tempo, o entendimento de que podem ainda ser espaços de luta e construção de consciência crítica. Por isso, temos uma atuação crítica no Conselho Nacional de Saúde (CNS) - e em suas diversas comissões, em especial na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), e atualmente no intenso debate para a criação de uma resolução específica para a pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em especial nesse momento,

acompanhando todos os debates sobre a tentativa de redução da maioria penal e fazendo incidência, com o movimento social da área, contra a proposta desse projeto de lei no Legislativo; no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCND/LGBT);

- Ao mesmo tempo que o CFESS está nos espaços institucionais de participação, temos clareza da importância de se fortalecer a organização da sociedade civil. Política se faz na rua. Por isso, também estamos nesse espaço e gostaríamos de ressaltar a inserção no Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS), Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) e na Frente Nacional contra a Privatização da Saúde.

Competências de Acordo com a Lei 8.662/1993

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Atribuições de Acordo com a Lei 8.662/1993

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

Art. 46. o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecerá mecanismos de incentivos à participação do setor privado no investimento em ciência e tecnologia e estimulará a transferência de tecnologia das universidades e institutos de pesquisa aos serviços de saúde nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e às empresas nacionais.

Art. 47. O Ministério da Saúde, em articulação com os níveis estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), organizará, no prazo de dois anos, um sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços.

Art. 48. (Vetado).

Art. 49. (Vetado).

Art. 50. Os convênios entre a União, os Estados e os Municípios, celebrados para implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde, ficarão rescindidos à proporção que seu objeto for sendo absorvido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 51. (Vetado).

Art. 52. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas (Código Penal, art. 315) a utilização de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 53. (Vetado).

Art. 53-A. Na qualidade de ações e serviços de saúde, as atividades de apoio à assistência à saúde são aquelas desenvolvidas pelos laboratórios de genética humana, produção e fornecimento de medicamentos e produtos para saúde, laboratórios de análises clínicas, anatomia patológica e de diagnóstico por imagem e são livres à participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros. (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

Art. 54. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 55. São revogadas a Lei nº. 2.312, de 3 de setembro de 1954, a Lei nº. 6.229, de 17 de julho de 1975, e demais disposições em contrário.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL/ CAPS - CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu "território", o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica¹⁴.

Implementar a reforma psiquiátrica não é um processo simples e muito menos fácil, pois há diversos desafios ao longo do caminho, como por exemplo, a consolidação dos serviços de atenção diária aos assistidos. No entanto, a partir da aplicação do CAPS, podemos observar o quanto esta política pública faz a diferença na vida de seus usuários, principalmente, sobre o que se diz respeito a substituição do modelo hospitalocêntrico.

Posto isso, vejamos a seguir as principais considerações sobre o assunto.

O que é um CAPS¹⁵?

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou Núcleo de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida.

O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos.

14 http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf

15 *Idem* 1.

Alguns Teóricos da Dinâmica de Grupo:

Será feita uma breve referência a estes autores que mais contribuíram para o advento da utilização do grupo, para fins terapêuticos e socioeducativos. O advento destas teorias não ocorreu ao acaso ou através de uma inspiração isolada. Muitos fatores contribuíram, os quais alteraram significativamente os rumos do mundo ocidental, principalmente da segunda metade do século XIX em diante, propiciando o interesse pelo desenvolvimento das abordagens grupais (RUSSO, 1996).

1. Kurt Lewin

Como já citamos, foi Kurt Lewin (1890-1947) quem rompeu com as concepções antepassadas de grupo e fixou novos objetivos para a psicologia social. Suas pesquisas se centram em esclarecer e elucidar a dinâmica dos fenômenos de grupo nas dimensões realistas e concretas. São características destas pesquisas, serem centralizadas nos grupos frente a frente (pequenos grupos). A partir de Lewin houve a liberação da Psicologia Social de seus dogmatismos, transformando-se numa ciência experimental autônoma, que conquistou sua identidade. Ele iniciou a ciência dos pequenos grupos, dividindo-os em dois tipos: a) o sóciogrupo (ou grupo de tarefa); b) o psico-grupo (ou grupo centrado sobre si mesmo).⁴⁷

Desenvolveu pesquisas de campo, dentro da perspectiva da pesquisa - ação (nova concepção da experimentação iniciada por ele). Recebeu influência da psicologia da gestalt, do pragmatismo, do operacionismo e do funcionalismo americanos, compartilhando da concepção hegeliana do devir social, segundo a qual o experimentador deve participar e observar o fenômeno social que estuda⁴⁸

Lewin defendeu a ideia de que os fenômenos sociais não podem ser observados do exterior, nem de um laboratório, de modo estático, pois as pesquisas sociais devem ser sempre de campo: o pesquisador deve participar do devir do fenômeno estudado. Introduziu, assim, o uso dos pequenos “grupos-testemunhos”, átomos sociais radioativos presentes no interior dos grupos, para provocar modificações de estrutura e de atitudes.

Dentre os principais conceitos de Lewin encontramos o de campo social. Para ele o campo social é uma totalidade dinâmica constituída de entidades sociais coexistentes, não necessariamente integradas entre elas. Por exemplo: coexistem num mesmo campo social grupos, subgrupos, indivíduos, separados por barreiras sociais. O que caracteriza um campo social são as posições relativas que nele ocupam os diferentes elementos que o constituem, formando uma gestalt (um todo irreduzível aos elementos que engloba). O espaço vital, outro conceito de Lewin, é uma parte do campo social que é livremente acessível ao indivíduo, no qual ele se desenvolve e evolui. O pequeno grupo é um setor deste espaço vital⁴⁹.

Lewin levantou algumas hipóteses sobre a dinâmica dos grupos: a) o grupo constitui um terreno sobre o qual o indivíduo se mantém (e este terreno pode ser firme, frágil, móvel, fluido ou elástico); b) o grupo é, para o indivíduo, um instrumento para satisfazer suas necessidades psíquicas e aspirações sociais; c) o grupo é uma realidade da qual o indivíduo faz parte, mesmo aqueles que se sentem isolados, ignorados ou rejeitados; d) o grupo é, para o indivíduo, um dos elementos ou dos determinantes do seu espaço vital

47 MAILHIOT, Gerald. *Dinâmica e Gênese dos Grupos*. Coleção *Psicologia e Grupos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1991

48 *Idem* Mailhiot

49 *Idem* Mailhiot

Para Lewin, a mudança social e o controle social são termos indissociáveis. É só conseguindo derrubar a resistência à mudança social que se pode melhor chegar à compreensão de seus mecanismos e processos. A única maneira de experimentar a mudança social é de dentro, planejando-a e controlando-a. Duas atitudes típicas podem ser observadas em relação à mudança social: a) a atitude conformista: a “esclerose social” ou constância social, manifestada como nenhum desejo de mudar o status quo; b) a atitude não-conformista: nesta, a mudança social é desejada.

Mas, os não conformistas só se transformam em agentes transformadores da sociedade, se se tornarem “grupos-testemunhos”, especialistas em técnicas de comunicação, que lhes permitirão operar as mudanças de clima e de atitudes, rompendo a resistência dos conformistas.

Os grupos não-conformistas que desejam a mudança social, segundo Lewin, devem superar a si mesmo como grupo; nestes, a estrutura formal deve ser flexível e funcional, primar por boas relações interpessoais, relações de independência e interações dinâmicas, relações dialéticas e clima de grupo democrático. Para ele, modificar atitudes coletivas ou produzir mudanças sociais consiste em introduzir um novo estilo de autoridade, ou uma nova concepção de poder, no interior da situação social que se quer fazer evoluir.

Para Lewin, a pesquisa em psicologia social deve ser uma ação social, a experimentação deve engajar-se em problemas sociais reais, realizada por pessoas engajadas e motivadas em relação às mudanças sociais que querem introduzir (os grupos-testemunhos), com autenticidade em suas propostas. Uma pesquisa social deve atender às seguintes etapas: a) diagnóstico (levantamento ou análise das percepções de grupo); b) conjecturas sobre a possível evolução destas percepções; c) descobrir novos modos de comportamento de grupo, que estarão em harmonia (a reestruturação das percepções de grupo).

O objetivo estratégico deve ser tornar os grupos conscientes e lúcidos da dinâmica inerente à situação social em evolução. Após isto, o grupo poderá organizar e estruturar complementos e corretivos às suas percepções. Passam suas atitudes e comportamentos do nível subjetivo ao nível mais objetivo, do pessoal ao situacional, sem ruptura, sem negação, mas por sintonização e por sincronização. Segundo Mailhiot, podemos firmar que, através da pesquisa-ação se tem acesso às constantes e variáveis em jogo nas transformações sociais, aos processos, aos determinantes na gênese dos grupos e às leis essenciais da dinâmica dos grupos.

Kurt Lewin também descobriu, com o próprio de trabalho de sua equipe de colaboradores, que os bloqueios na comunicação prejudicam a integração e a criatividade, sendo necessário um aprendizado da autenticidade, para se obter coesão e solidariedade. O pesquisador social W. C. Schutz, discípulo de Lewin e professor em Harvard (1958), elaborou uma teoria das necessidades interpessoais, tais como: a) necessidade de inclusão (aceitação, status positivo); b) necessidades de controle (necessidades de definição das responsabilidades, das autoridades, e de delinear as estruturas); c) necessidades de afeição (ou de valorização como pessoa). Em 1946, em New Britain (EUA) Kurt Lewin fundou os primeiros centros de Aprendizagem em Dinâmica de Grupo. Em 1947 cria, em Bethel, o grupo de treinamento ou de formação nas técnicas de base. A partir daí os seus grupos de formação (centrados sobre si mesmo) tiveram por objetivo sensibilizar os participantes para as relações interpessoais e torná-los conscientes dos processos psicológicos em jogo no funcionamento dos grupos. Nestes grupos, o papel do coor-

- (D) estabelecer condicionalidades;
- (E) suprimir critérios de elegibilidade.

13. (SMA/RJ - Assistente Social – Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ). É considerado um dos direitos sociais preconizados pela Constituição Federal do Brasil:

- (A) renda
- (B) alimentação
- (C) registro civil
- (D) comunicação

14. (DETRAN-MT - Administrador - UFMT) Políticas Públicas consistem em:

- (A) Outputs resultantes da atividade política, em áreas como emprego, educação, segurança e saúde.
- (B) Procedimentos formais e informais que expressam relações de poder na solução de conflitos.
- (C) Centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes.
- (D) Procedimentos que permitem aos gestores públicos tornar públicas suas ações, garantindo-lhes transparência.

15. (ANVISA - Técnico Administrativo - CETRO) A respeito das Políticas Públicas, é correto afirmar que

- (A) geram bens públicos e privados.
- (B) são o resultado da atividade política.
- (C) não possuem aspecto coercitivo.
- (D) leis orgânicas municipais são políticas públicas.
- (E) Estados e Municípios priorizam a ocupação do que se convencionou denominar a high politics.

16. (BANPARÁ - Assistente Social - EXATUS) Sobre conselhos de Políticas Públicas, julgue as alternativas e assinale a INCORRETA:

- (A) Os conselhos, nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados.
- (B) A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultantes políticos.
- (C) Os conselhos são canais importantes de participação coletiva, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos.
- (D) Os conselhos representam o esvaziamento das responsabilidades públicas do Estado, de qualificação das instâncias de representação coletivas, de fragmentação do espaço público, de despolitização da política e de processos que fragilizam a capacidade de a sociedade civil exercer pressão direta sobre os rumos da ação estatal.
- (E) Em termos da tradição política brasileira, os conselhos de políticas públicas são arranjos institucionais inéditos, uma conquista da sociedade civil para imprimir níveis crescentes de democratização às políticas públicas e ao Estado, que em nosso país têm forte trajetória de centralização e concentração de poder.

17. (TJ/GO - Analista Judiciário - FGV) O conceito de política pública e seus diversos significados seguem uma tradicional classificação, que divide em ciclos essa atividade estatal e o seu processo. A perspectiva “de cima para baixo” tem suas raízes no modelo de estágios, que devem ser claramente distintos.

Um desses estágios é o da implementação da política pública, que pode ser definido como:

- (A) o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública;
- (B) o processo de execução e efetuação, que pressupõe um ato anterior e direcionado à consecução de objetivos;
- (C) a determinação do caminho definitivo para a solução do problema que a originou;
- (D) a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível;
- (E) o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.

18. (DPE/RJ - Técnico Superior Especializado - FGV) Os modelos de elaboração de Políticas Públicas que aspiram à generalidade desconsideram o fato de que diferentes ambientes sociais, que configuram a situação em que é feita a escolha da política, aparentemente levam os tomadores de decisão a fazer opções significativamente distintas. Deste modo, para que haja adequabilidade de um modelo teórico, deve-se levar em conta que:

- (A) não existe diferença entre a busca de um modelo para os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- (B) o analista deve vincular-se com rigidez a um modelo em particular, não devendo, necessariamente, ter que observar os aspectos do ambiente em estudo.
- (C) nem sempre há necessidade de identificar e estruturar os aspectos da política a ser analisada.
- (D) esse modelo deve estar ligado às metas fixadas e como produto da participação das massas.
- (E) na elaboração de políticas, as percepções e os interesses dos atores individuais estão presentes em todos os estágios.

19. (Pref. de Macapá/AP - Assistente Social - FCC/2018) No planejamento social, enquanto processo técnico-político, é correto afirmar que

- (A) consiste numa previsão de futuro totalmente realizável.
- (B) se constrói com uma intencionalidade e instrumentação.
- (C) não supõe um método e nem uma teoria.
- (D) se caracteriza essencialmente como instrumento de controle institucional.
- (E) não propõe um caminho, mas pressupõe uma teoria.

20. (AL/RO - Analista Legislativo - FGV/2018) A avaliação possibilita medir os resultados e rever procedimentos. Ela é um elemento básico

- (A) do planejamento.
- (B) da burocracia.
- (C) da formação profissional.
- (D) das políticas sociais.
- (E) do projeto.